

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº019/2025**

Município de Novo Tiradentes  
Secretaria Municipal de Educação  
Edital de Pregão Presencial nº 019/2025  
Tipo de julgamento: menor preço por item  
Modo de disputa: aberto  
Processo nº 103/2025

*Edital de pregão presencial para a contratação de empresa para a prestação de Transporte Escolar.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES/RS**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09:00 horas, do dia 23 do mês de dezembro do ano de 2025**, na sala de reuniões do Setor de Licitações, localizada na Rua Lúcio Cavalli, 246, Centro, Município de Novo Tiradentes/RS, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 379/2025, de 01 de setembro de 2025, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para Prestação de Serviços, conforme descrito nesse edital e seus anexos, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 2075/2022, de 15 de agosto de 2022.

**1. DO OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a execução de Serviços de Transporte Escolar Terceirizado para os alunos do município de Novo Tiradentes (RS), de Segunda a Sextas-Feiras e também nos Sábados Letivos e dias que tenham eventos relacionados com a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Município, conforme os seguintes roteiros:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO
1	2.884,20	KM/MÊS	<b>Percurso 1 – Manhã:</b> Saída da cidade as 06:00 horas da manhã, em direção a Linha Sanga Feia, passando pela propriedade do Senhor Hélio Stefanello, indo em direção a comunidade da linha Santo Antonio passando pela Propriedade do seu De Bortolli fazendo o retorno na propriedade do Cantiliano, saindo em direção ao São



			<p>Francisco indo até a propriedade do Girardi, retornando em direção as propriedades dos Belizarios, faz o balão da Linha João Correia Franco, depois vai em direção ao São João Vianey, subindo no Agenor Ferrari, saindo na linha São Paulo indo até a Escola da Nossa Senhora Aparecida, retornando para a cidade passando na escola Municipal São Luís Gonzaga, Creche e Escola Estadual. (<b>Total 43,7 km</b>)</p> <p><b>Percurso 2 – Meio Dia:</b> Saída da Escola São Luís Gonzaga as 11:45 horas, passando pela Creche e Escola Estadual, fazendo o roteiro do percurso 1 inverso. (<b>Total 43,7 km</b>)</p> <p><b>Percurso 3 – Tarde:</b> Saída da escola São Luís Gonzaga as 17:00. Igual ao percurso 2. (<b>Total 43,7Km</b>).</p> <p><b>Total dos roteiros: 131,10 km</b> <b>Valor máximo aceito: R\$ 4,72</b></p> <p><b>Requisitos mínimos do veículo:</b> Ônibus com capacidade mínima de <b>44 (quarenta e quatro) passageiros</b>, ano de fabricação <b>mínimo 1995</b>, equipado com <b>bancos estofados</b>, em perfeitas condições de uso e de acordo com a legislação vigente aplicável ao transporte escolar.</p>
2	1.012	KM/MÊS	<p><b>Percurso 4 - Noite:</b> Saída as 22:15 da Escola São Luís Gonzaga, posterior Escola Estadual, levando os alunos do noturno até suas residências, após indo em direção a Linha São Paulo, fazendo o retorno na propriedade de Marilene de Oliveira, indo em direção ao São João Vianey (passando na propriedade do Senhor Agenor Ferrari), indo em direção ao Rincão das Flores, entrando a direita em direção a propriedade do Senhor Neri de Bairros, após São Francisco, fazer o balão da Linha João Correia Franco (passando pela propriedade do Menezes), retornando para a cidade. (<b>Total 46 km</b>)</p> <p><b>Total dos roteiros: 46 km</b> <b>Valor máximo aceito: R\$ 4,72</b></p>



			<b>Requisitos mínimos do veículo:</b> Ônibus com capacidade mínima de <b>44 (quarenta e quatro) passageiros</b> , ano de fabricação <b>mínimo 1995</b> , equipado com <b>bancos estofados</b> , em perfeitas condições de uso e de acordo com a legislação vigente aplicável ao transporte escolar.
--	--	--	--

## 2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 3 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES/RS**  
**EDITAL DE PREGÃO Nº 019/2025**  
**ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA**  
**PROPONENTE (NOME COMPLETO)**  
**TELEFONE PARA CONTATO:**  
**E-MAIL:**

-----

**AO MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES/RS**  
**EDITAL DE PREGÃO Nº 019/2025**  
**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**  
**PROPONENTE (NOME COMPLETO)**  
**TELEFONE PARA CONTATO:**  
**E-MAIL:**

## 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**3.1.1.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

**3.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:



a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, no caso de empresa individual ou certificado da condição de microempreendedor individual (MEI);

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**3.5.** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como



microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

**3.5.1.** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

## 4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

**4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº s 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

**4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

**4.3.** O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

- a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;
- b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

## 5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

**5.1.** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) razão social da empresa;
- b) descrição completa do produto/serviço ofertado e demais dados técnicos;
- c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.



**Observação:** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

**d) Serão desclassificadas as propostas com preços superiores aos de referência.**

## 6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

**6.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**6.2.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**6.3.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em maior preço, até a proclamação da vencedora.

**6.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**6.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

**6.5.1.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60 (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

**6.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**6.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 17 deste edital.

**6.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

**6.9.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.



**6.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**6.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

**6.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

**6.13.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**6.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**6.15.** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5., deste edital.

**6.15.1.** Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**6.16.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.



b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

**6.17.** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

**6.18.** O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

**6.19.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

**6.20.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de compras deste Município, conforme subitem 18.1 deste edital.

**6.21.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## 7. DA HABILITAÇÃO:

**7.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02;

b) Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

c) **Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV)**, em nome da empresa licitante, comprovando a propriedade ou a legítima disponibilidade do veículo destinado à prestação dos serviços.

### 7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;



**b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

**d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.1.2.1** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

### **7.1.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, compreendendo Certidão Conjunta Negativa de Débito Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo a regularidade previdenciária – (INSS).

**b)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante.

**c)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante.

**d)** Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### **7.1.4. – OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**a)** Comprovação de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações, das condições operacionais e dos locais necessários ao cumprimento das obrigações relativas ao objeto da licitação, até o dia 22 de dezembro de 2025.

**a1)** A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela emissão do Atestado de Visita Técnica, quando realizada.

**7.1.4 - O licitante vencedor deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato:**



**I – Laudo de vistoria do veículo**, emitido por órgão competente, comprovando o atendimento às exigências dos arts. 136 e 139 do Código de Trânsito Brasileiro.

**II – Comprovação de seguro obrigatório e seguro de responsabilidade civil para transporte escolar**, com vigência durante toda a execução contratual.

**7.2.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**7.2.1.** A substituição referida no item 7.3.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

**7.2.2.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

**7.2.3.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**7.2.4.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## 8. VEDAÇÕES

**8.1** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na



gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**8.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 9.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**8.3.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

## **9. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os documentos de habilitação, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

**9.2.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**9.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**9.4.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.5 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual



período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**9.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**9.6.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

## 10. RECURSO

**10.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

**10.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**10.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 10.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

**10.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**10.6.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



## 11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

**11.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## 12. Condições para a Contratação dos Serviços

**12.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 cinco dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**12.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**12.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**12.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 12.4 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



**12.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

## 13. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

**13.1** A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

**13.2** A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o projeto básico, Anexo I, inclusive em relação à qualidade dos serviços e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

**13.3** A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.

## 14. PRAZOS

**14.1.** O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

**14.2.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**15.1.** O pagamento será efetuado contra empenho, até o 10º dia do mês subsequente, a contar do recebimento da nota fiscal.

**15.2.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

**15.3.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**15.4.** A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação  
Unidade: 01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino MDE



Atividade: 2.031 – Manutenção Veículos Transporte Escolar  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 0020 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Unidade: 04 – Atividades Convênios Transferências União Estado  
Atividade: 2.045 – Salário Educação União e Estado  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 1010 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Atividade: 2.046 – Transporte Escolar Estado  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 1060 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Atividade: 2.047 – Transporte Escolar - PNATE  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 1420 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

## 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

**16.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 deste edital as seguintes sanções:



**a)** advertência;

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**16.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 16.2 do presente Edital.

**16.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.6.** A aplicação das sanções previstas no item 16.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 16.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 16.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**16.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**16.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**16.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica



sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**16.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**16.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

**17.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante protocolo, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua Lúcio Cavalli, 246 - Centro, setor de Compras, ou pelo e-mail [comprasnt@gmail.com](mailto:comprasnt@gmail.com), ou ainda esclarecimentos pelo telefone: 55 3797-1100 no horário compreendido entre as 07:30 e 11:30 horas.

**17.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo órgão licitante no seguinte endereço: [www.novotiradentesrs.com.br](http://www.novotiradentesrs.com.br).

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

**18.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

**18.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**18.3.** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES

CNPJ 92.411.172/0001-76



**18.4.** Verificada a desconformidade com a prestação dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias imediatamente, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

**18.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Rodeio Bonito/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Novo Tiradentes-RS, 09 de dezembro de 2025.

**LUIZ CARLOS BENEDETTE**  
**Prefeito Municipal**

55 3797 1100 ☎

[gabinete@novotiradentesrs.com.br](mailto:gabinete@novotiradentesrs.com.br) ✉

Rua Lúcio Cavalli, 246 - Centro 📍

CEP 98370-000 - Novo Tiradentes/RS 📍

[www.novotiradentesrs.com.br](http://www.novotiradentesrs.com.br) 🌐



**ANEXO I****PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2025  
TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar**, visando atender os estudantes do ensino fundamental e médio do Município de Novo Tiradentes/RS, conforme itinerários, horários e quilometragem estimada descritos neste instrumento.

**2. JUSTIFICATIVA**

A contratação se justifica pela necessidade de garantir o acesso seguro e regular dos alunos às instituições de ensino, cumprindo o dever constitucional do Município quanto à oferta do transporte escolar, assegurando condições adequadas de deslocamento, pontualidade e segurança.

**3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS****ITEM 1**

**Quantidade estimada:** 2.884,20 km/mês

**Valor referencial:** R\$ 4,72 por km

**Descrição do itinerário:**

- **Percurso 1 – Manhã:**  
Saída da cidade às 06h00, em direção à Linha Sanga Feia, passando pela propriedade do Sr. Hélio Stefanello, seguindo até a comunidade da Linha Santo Antônio, passando pela propriedade do Sr. De Bortolli, com retorno na propriedade do Sr. Cantiliano. Em seguida, segue para São Francisco até a propriedade do Sr. Girardi, retornando pelas propriedades dos Belizários, realizando o balão da Linha João Correia Franco. Após, segue em direção à Linha São João Vianey, subindo no Agenor Ferrari, saindo na Linha São Paulo até a Escola Nossa Senhora Aparecida, retornando à cidade com parada na Escola Municipal São Luís Gonzaga, Creche Municipal e Escola Estadual.  
**Distância:** 43,7 km/dia.
- **Percurso 2 – Meio-dia:**  
Saída da Escola Municipal São Luís Gonzaga às 11h45, passando pela Creche Municipal e Escola Estadual, realizando o percurso do turno da manhã em sentido inverso.  
**Distância:** 43,7 km/dia.



- **Percurso 3 – Tarde:**

Saída da Escola Municipal São Luís Gonzaga às 17h00, realizando o mesmo itinerário do percurso do meio-dia.

**Distância:** 43,7 km/dia.

**Estimativa mensal:**

131,10 km/dia × 22 dias = **2.884,20 km/mês**

**Valor estimativo mensal:** R\$ 13.613,42

**Valor estimativo anual (12 meses):** R\$ 163.361,09

## ITEM 2

**Quantidade estimada:** 1.012 km/mês

**Valor referencial:** R\$ 4,72 por km

**Descrição do itinerário – Noturno:**

Saída às 22h15 da Escola Municipal São Luís Gonzaga, passando pela Escola Estadual, conduzindo os alunos do turno noturno até suas residências. O percurso segue em direção à Linha São Paulo, com retorno na propriedade da Sra. Marilene de Oliveira, indo em direção à Linha São João Vianey (passando pela propriedade do Sr. Agenor Ferrari), seguindo para o Rincão das Flores, entrando à direita em direção à propriedade do Sr. Neri de Bairros. Após, segue por São Francisco, realizando o balão da Linha João Correia Franco (passando pela propriedade do Sr. Menezes), retornando à cidade.

**Distância:** 46 km/dia.

**Estimativa mensal:**

46 km/dia × 22 dias = **1.012 km/mês**

**Valor estimativo mensal:** R\$ 4.776,64

**Valor estimativo anual (12 meses):** R\$ 57.319,68

## 4. ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO

- Veículo do tipo **ônibus rodoviário**, com capacidade mínima de **44 (quarenta e quatro) lugares**;
- Ano de fabricação **mínimo 1995**;
- O veículo deverá estar **registrado em nome da empresa licitante**;
- O veículo deverá atender integralmente às normas de segurança e legislação vigente aplicável ao transporte escolar.



## 5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo Município **até o décimo dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**, mediante apresentação de nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

## 6. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão do certame.

## 7. PREÇO E OBRIGAÇÕES

O preço proposto deverá abranger todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- salários e encargos trabalhistas;
- encargos sociais e previdenciários;
- tributos, taxas e contribuições;
- despesas com alimentação, transporte e manutenção do veículo;
- seguros e demais obrigações previstas no edital e no contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES

CNPJ 92.411.172/0001-76

## ANEXO II – PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO Nº. 019/2025

### MODELO DE CREDENCIAMENTO PARA REPRESENTANTE LEGAL

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a)  
..... portador(a) da cédula de  
identidade nº ..... e do CPF nº ..... , a participar da  
licitação instaurada pelo município de Novo Tiradentes - RS, na licitação modalidade  
de **Pregão Presencial sob o nº. 019/2025**, na qualidade de REPRESENTANTE  
LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa  
..... CNPJ nº ..... ,  
bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa  
(firma reconhecida)

\_\_\_\_\_  
Nome do dirigente da empresa

Obs.:

1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

55 3797 1100 ☎

[gabinete@novotiradentesrs.com.br](mailto:gabinete@novotiradentesrs.com.br) ✉  
Rua Lúcio Cavalli, 246 - Centro  
CEP 98370-000 - Novo Tiradentes/RS  
[www.novotiradentesrs.com.br](http://www.novotiradentesrs.com.br) 🌐





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES**

CNPJ 92.411.172/0001-76

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2025**

**MODELO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A .....(Razão Social da empresa) ....., CNPJ nº....., localizada à..... **DECLARA**, para fins de participação na licitação Pregão nº....., da Prefeitura Municipal de Novo Tiradentes/RS, e sob as penas da lei, de que atende todas as exigências de HABILITAÇÃO contidas no referido Edital.

Local de data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



## ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2025

Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica

### DECLARAÇÃO

Referente PP nº019/2025.

\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº.  
\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal,  
Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira  
de identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_,  
declara para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de  
1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva : Emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz

- ( ) Sim  
( ) Não.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Obs: Em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES

CNPJ 92.411.172/0001-76

## ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTADOR

### DECLARAÇÃO

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ  
nº. \_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_ **DECLARA**, sob as penas da lei

e para fins de direito ao uso dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que a empresa acima identificada se enquadra como:

( ) microempresa

( ) empresa de pequeno porte

( ) cooperativa, com receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 e está de acordo com o art. 34 da lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

....., em.....de.....de 2025.

-----  
Assinatura do Representante Legal  
Nome completo:  
CPF:

**\* APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES**

CNPJ 92.411.172/0001-76

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº.019/2025**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES  
Att. SR. PREGOEIRO

Ref.: Processo nº. 0103/2025 – Pregão Presencial nº. 019/2025

(Razão Social da Empresa), estabelecida na.....(endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob nº. ...., neste ato representada pelo seu (representante / sócio / procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade, assina a presente

Local e Data

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE

RG  
CPF



**ANEXO VII**  
**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**  
**DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR**

Contrato nº ...../2025

Que fazem entre si, de um lado o Município de Novo Tiradentes/RS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 92.411.172/0001-76, com sede na Rua Lúcio Cavalli, 246, bairro Centro, cidade de Novo Tiradentes, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Benedette, brasileiro, maior, residente e domiciliado na Rua Albino Marcolan, nº 265, Município de Novo Tiradentes RS, portador do CPF nº 815.866.200-53 e Carteira de Identidade nº 6080876938, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na Rua ....., na cidade de....., representada neste ato pelo(a) Sr(a). ....., inscrita no CPF sob nº ....., doravante denominado de CONTRATADA, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do edital de licitação Pregão Presencial nº 019/2025 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de ...../...../2025, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a execução de Serviços de Transporte Escolar Terceirizado para os alunos do município de Novo Tiradentes (RS), de Segunda a Sextas-Feiras e também nos Sábados Letivos e dias que tenham eventos relacionados com a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Município, conforme os seguintes roteiros:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO
1	2.884,20	KM/MÊS	<b>Percurso 1 – Manhã:</b> Saída da cidade as 06:00 horas da manhã, em direção a Linha Sanga Feia, passando pela propriedade do Senhor Hélio Stefanello, indo em direção a comunidade da linha Santo Antonio passando pela Propriedade do seu De Bortolli fazendo o retorno na propriedade do Cantiliano, saindo em direção ao São



			<p>Francisco indo até a propriedade do Girardi, retornando em direção as propriedades dos Belizarios, faz o balão da Linha João Correia Franco, depois vai em direção ao São João Vianey, subindo no Agenor Ferrari, saindo na linha São Paulo indo até a Escola da Nossa Senhora Aparecida, retornando para a cidade passando na escola Municipal São Luís Gonzaga, Creche e Escola Estadual. (<b>Total 43,7 km</b>)</p> <p><b>Percurso 2 – Meio Dia:</b> Saída da Escola São Luís Gonzaga as 11:45 horas, passando pela Creche e Escola Estadual, fazendo o roteiro do percurso 1 inverso. (<b>Total 43,7 km</b>)</p> <p><b>Percurso 3 – Tarde:</b> Saída da escola São Luís Gonzaga as 17:00. Igual ao percurso 2. (<b>Total 43,7Km</b>).</p> <p><b>Total dos roteiros: 131,10 km</b> <b>Valor máximo aceito: R\$ 4,72</b></p> <p><b>Requisitos mínimos do veículo:</b> Ônibus com capacidade mínima de <b>44 (quarenta e quatro) passageiros</b>, ano de fabricação <b>mínimo 1995</b>, equipado com <b>bancos estofados</b>, em perfeitas condições de uso e de acordo com a legislação vigente aplicável ao transporte escolar.</p>
2	1.012	KM/MÊS	<p><b>Percurso 4 - Noite:</b> Saída as 22:15 da Escola São Luís Gonzaga, posterior Escola Estadual, levando os alunos do noturno até suas residências, após indo em direção a Linha São Paulo, fazendo o retorno na propriedade de Marilene de Oliveira, indo em direção ao São João Vianey (passando na propriedade do Senhor Agenor Ferrari), indo em direção ao Rincão das Flores, entrando a direita em direção a propriedade do Senhor Neri de Bairros, após São Francisco, fazer o balão da Linha João Correia Franco (passando pela propriedade do Menezes), retornando para a cidade. (<b>Total 46 km</b>)</p> <p><b>Total dos roteiros: 46 km</b> <b>Valor máximo aceito: R\$ 4,72</b></p>



			<b>Requisitos mínimos do veículo:</b> Ônibus com capacidade mínima de <b>44 (quarenta e quatro) passageiros</b> , ano de fabricação <b>mínimo 1995</b> , equipado com <b>bancos estofados</b> , em perfeitas condições de uso e de acordo com a legislação vigente aplicável ao transporte escolar.
--	--	--	--

**Observação:** a) A quilometragem prevista nos roteiros descritos poderá sofrer **variações decorrentes de ajustes iniciais de turmas, alterações na demanda de alunos ou no decorrer do calendário letivo**, sem que isso caracterize alteração indevida do objeto, observado o pagamento conforme a quilometragem efetivamente executada.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

Para a execução do Contrato, o Município pagará a importância de R\$ ..... (.....) por quilômetros rodado, não importando o número de alunos transportados.

**Parágrafo Único** - O pagamento será feito após a comprovação dos serviços prestados, que se fará mediante preenchimento de documento apropriado, mediante recursos de dotação orçamentária do orçamento municipal vigente.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

No ato da assinatura do presente contrato, o vencedor obrigatoriamente deverá nos termos do item 7.1.4 do edital, apresentar os seguintes documentos:

- I – **Laudo de vistoria do veículo**, emitido por órgão competente, comprovando o atendimento às exigências dos arts. 136 e 139 do Código de Trânsito Brasileiro;
- II – **Comprovação de seguro obrigatório e seguro de responsabilidade civil para transporte escolar**, com vigência durante toda a execução contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES**

O Cálculo para pagamento dos serviços será efetuado através de controle de número de dias letivos no mês, atestado pela secretaria municipal da educação, uma vez que trata-se de prestação de serviço por KM.

O pagamento será realizado em até dez dias do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados.

Ocorrendo o transporte de Professores, estes estão inclusos ao pagamento por km rodado, uma vez que não será pago por Vale transporte, conforme previsão no edital de licitação.



Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

### **CLÁUSULA SEXTA – RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

O preço contratado **poderá ser objeto de reajuste ou de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro**, em razão de **variação comprovada nos preços dos combustíveis**, decorrente de ato do Governo Federal ou de fatores de mercado devidamente demonstrados, **desde que o referido custo integre a estrutura de formação do preço**, nos termos dos arts. **124, inciso II, alínea “d”, 131 e 134 da Lei nº 14.133/2021**.

Para fins de análise e eventual concessão da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, **será considerado que o custo com combustível corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do quilômetro rodado**, percentual adotado como referência para apuração do impacto financeiro nos serviços contratados, observado o índice efetivamente aplicado ao Município.

O reajuste previsto no item anterior deverá ser requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental.

Além do reajuste previsto pelo aumento dos combustíveis autorizado pelo Governo Federal, o preço cotado poderá ser reajustado na periodicidade de 12 (doze) meses, conforme índice do IPCA ou outro índice que o venha substituí-lo.

Os reajustes sempre incidirão sobre o ultimo preço contratado e/ou aditivado, com o fornecedor de serviços do transporte escolar.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 – Manutenção Desenvolvimento Ensino MDE

Atividade: 2.031 – Manutenção Veículos Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 0020 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Unidade: 04 – Atividades Convênios Transferências União Estado

Atividade: 2.045 – Salário Educação União e Estado

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 1010 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Atividade: 2.046 – Transporte Escolar Estado

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 1060 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Atividade: 2.047 – Transporte Escolar - PNATE

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 1420 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica



## **CLÁUSULA OITAVA – DA COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:**

A comprovação dos serviços prestados, caberá à Secretaria da Educação, Cultura e Desportos, que atestará a efetividade para fins de pagamento à Contratada.

## **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:**

O CONTRATANTE exercerá o acompanhamento e a fiscalização do presente contrato através da Secretária Municipal de Educação Leticia Lopes Ongaratti, CPF. Nº032.452.160-09, como gestora do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO**

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

- 1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 3 - Dar causa à inexecução total do contrato;
- 4 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou na execução do contrato;
- 6 - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos;
- 9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1 – Caso cometa alguma infração, poderá ser aplicada ao responsável as seguintes sanções:

- 1 - Advertência;



2 – Multa, de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato

3 - Impedimento de licitar e contratar;

4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

2 - As peculiaridades do caso concreto;

3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e,

9.3 – O atraso injustificado para executar o objeto contratual, ensejará em multa de mora de 1% do valor contratual por dia.

9.4 - As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

9.5 - Se possível, a Contratante reterá os pagamentos da contratada e garantias contratuais se houver.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

**14.1.** O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

**14.2.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

É direito do Município reduzir, ou extinguir parcial ou totalmente a realização dos serviços objeto da cláusula primeira deste documento, no decorrer de sua execução, ou ampliar a quilometragem dos trajetos, obedecendo os limites da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

O regime da execução do presente contrato é de prestação de serviços, descaracterizando-se qualquer vínculo empregatício entre o Município e a Contratada, ou que esta venha a contratar em seu nome.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE NOVO TIRADENTES**

CNPJ 92.411.172/0001-76



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:**

Fica Eleito o Foro da Comarca de Rodeio Bonito(RS), para dirimir as questões decorrentes da execução do Presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Novo Tiradentes (RS), em ..... de ..... de 2025.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

-----  
-----